

ESTRATÉGIAS DE CREDITAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

STRATEGIES FOR ACCREDITING EXTENSION PROGRAMS IN THE UNIVERSITY OF PERNAMBUCO UNDERGRADUATE COURSES CURRICULA

Tarcia Regina da Silva^I 

Cleyton Mário de Oliveira Rodrigues^{II} 

Andréa Carla Castro e Silva^{III} 

Charisse Florêncio Pessoa^{IV} 

^I Universidade de Pernambuco, Garanhuns, PE, Brasil. Doutora em Educação. Professora adjunta da Universidade de Pernambuco. E-mail: tarcia.silva@upe.br

^{II} Universidade de Pernambuco, Garanhuns, PE, Brasil. Doutor em Ciências da Computação. Professor adjunto da Universidade de Pernambuco. E-mail: cleyton.rodrigues@upe.br

^{III} Universidade de Pernambuco, PE, Brasil. Doutoranda em Educação. Pedagoga na Pró-Reitoria de Graduação da Universidade de Pernambuco. E-mail: andrea.csilva@upe.br

^{IV} Fundação de Ensino Superior de Olinda, Olinda, PE, Brasil. Mestre em Educação Matemática e Tecnológica. Professora da Fundação de Ensino Superior de Olinda. Email: charisse.pessoa@upe.br

Resumo: O presente artigo analisa a experiência da Universidade de Pernambuco (UPE) no processo de creditação das ações de extensão nos currículos dos cursos de graduação. Para tanto, lança mão da análise documental de 14 Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), os quais já foram reformulados com base nas orientações do Plano Nacional de Educação 2014-2024 e das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. A análise foi inscrita numa abordagem qualitativa e indicou que a política mencionada tem contribuído para fortalecer a articulação entre os eixos ensino, pesquisa e extensão; promover a interdisciplinaridade e a discussão sobre temáticas de grande relevância social; e dinamizar os currículos, por meio da utilização de diversas metodologias e linguagens no planejamento dos componentes que fazem parte do eixo formativo extensionista. Os cursos de graduação têm planejado diferentes modalidades de ações extensionistas, a depender da área de conhecimento na qual estão inseridos e do público-alvo que pretendem alcançar. Observou-se uma predominância da creditação de ações extensionistas realizadas por meio Disciplinas Curriculares de Extensão (DCExts) em relação as Atividades Curriculares de Extensão (ACEs), realizadas a partir de de Projetos e Programas de extensão.

Palavras-chave: Extensão universitária. Currículo. Estratégias de creditação da extensão.



DOI: <https://doi.org/10.31512/vivencias.v17i34.545>

Submissão: 01-06-2021

Aceite: 13-07-2021

Abstract: This article highlights the experience of the University of Pernambuco (UPE) in the accreditation process of extension program in the curricula of undergraduate courses. Such tasks were carried out through the documentary analysis of 14 Pedagogical Course Projects (PCP), already reformulated based on the guidelines of the National Education Plan 2014-2024 and the Guidelines for Extension in Higher Education in Brazil. The analysis was enrolled in a qualitative perspective and indicated that this policy has contributed: to the strengthening of the articulation between the



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

teaching, research and extension axes; to promote interdisciplinarity and the discussion of themes of paramount social relevance; and in order to streamline the curricula, through the use of distinct methodologies and languages in the planning of the components that are part of the extension axis. Undergraduate courses have planned different types of extension actions, depending on the area of knowledge in which they are inserted and the target audience they intend to reach. There was a predominance of curricula extension actions carried out through Curricular Extension Disciplines in relation to Curricular Extension Activities, carried out through Extension Projects and Programs.

Keywords: University Extension Program. Higher Education Curricula. Extension Accreditation Strategies.

Introdução

O objetivo deste trabalho é socializar as estratégias de creditação da extensão nos cursos de graduação da Universidade de Pernambuco (UPE). Para isso, analisamos o processo de atualização dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), tendo em vista a obrigatoriedade da inclusão do eixo formativo extensionista nos currículos dos cursos da educação superior brasileira, o que representa um percentual mínimo de 10% (dez por cento) da carga horária total, conforme o disposto na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (BRASIL, 2014) e nas Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (BRASIL, 2018).

Tal medida visa a colaborar com o estreitamento da relação entre a universidade e a sociedade mediante uma integração que favorece o compartilhamento de saberes entre ambas, contribuindo tanto para o aprimoramento da formação dos discentes — que terão a oportunidade de adquirir competências a partir do contato com o campo empírico, em áreas de grande relevância social — quanto para os diferentes segmentos sociais, que poderão usufruir dos conhecimentos, das tecnologias e dos serviços ofertados pelas universidades.

Apesar do compromisso constitucional atribuído à universidade em relação à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988), observamos que, na prática, a dimensão extensionista ainda ocupa uma posição de menor protagonismo nas ações universitárias, se comparada às dimensões ensino e pesquisa. Este cenário é fruto do pouco investimento nestas ações, que, geralmente, contam com uma pequena parte do orçamento das universidades e com recursos humanos escassos. Além disso, é preciso considerar que ainda paira sobre a universidade brasileira resquícios da abordagem tecnicista que, no final da década de 1960, direcionou o movimento de reforma universitária no país, reduzindo a atuação da instituição a uma perspectiva utilitarista e desenvolvimentista, que postergava o compromisso com causas sociais e a articulação com os saberes das comunidades (RÊGO, 2010).

A integração da extensão aos currículos dos cursos de graduação é um passo que contribuirá para o fortalecimento da extensão universitária e para o desenvolvimento de abordagens formativas dialógicas, interdisciplinares e inovadoras. No entanto, é importante ressaltar que a

creditação curricular das ações de extensão ainda é uma questão desafiadora, visto que exige uma mudança de paradigmas sobre a organização do currículo, com o intuito de superar a rigidez que delimita as áreas de formação geral, específica e complementar. Esse processo reconfigura a organização do trabalho pedagógico, a prática docente e o perfil do profissional em formação. O eixo de formação extensionista deve funcionar como um elemento problematizador e como um elo entre os demais eixos da formação.

No mapeamento bibliográfico proposto por Corte, Gomez e Rosso (2018) no tocante à creditação de extensão, os autores constataam a reformulação dos Projetos Pedagógicos e do próprio currículo, de modo a articular atividades de ensino, de pesquisa e extensão, respeito e valorização à diversidade de sujeitos e de práticas. A transposição do isolamento das instituições (IMPERATORE; PEDDE, 2015) também emerge como ponto de investigação. É sob essa mesma ótica que Ribeiro, Mendes e Silva (2018) elaboram algumas questões acerca da creditação da extensão: como evitar que os componentes extensionistas tornem-se apenas mais uma disciplina no currículo? Quais as competências e as habilidades necessárias aos docentes que estarão à frente destes componentes extensionistas? Diante desses questionamentos, os autores destacam que fatores locais e temporais precisam ser constantemente observados.

A creditação da extensão na UPE ainda está em fase de desenvolvimento e, à medida que avança, aponta para a necessidade de se valorizar alguns princípios gerais que devem nortear o processo de adequação dos currículos dos cursos de graduação: i) o envolvimento de toda a comunidade acadêmica, ii) a reestruturação da práxis docente, iii) a interação dialógica entre universidade e sociedade, iv) o impacto na resolução de problemas das comunidades externas e v) o compromisso com a transformação social.

Corte, Gomez e Rosso (2018) alertam que a creditação das ações de extensão é um tema que demanda aprofundamento, especialmente no que se refere aos processos de reformulação curricular. Nesse sentido, acreditamos que a análise da experiência da UPE na implementação desse processo, considerando a pluralidade de cursos existentes, possa colaborar para a reflexão de outras instituições de ensino superior que ainda não iniciaram esta reformulação em seus Projetos Pedagógicos.

Metodologia

Realizamos uma pesquisa de abordagem qualitativa (FLICK, 2019), com foco na análise documental de 14 Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de graduação da UPE, reformulados com o intuito de direcionar o percentual mínimo de 10% de suas cargas horárias a ações extensionistas. A análise desses documentos foi realizada em duas etapas. Na primeira, nos debruçamos sobre os PPC de 3 cursos que implementaram a curricularização da extensão entre os anos de 2016 e de 2019: Bacharelado em Medicina (*campus* Garanhuns), Licenciatura em Computação (*campus* Garanhuns) e Licenciatura em Pedagogia (Projeto unificado: *campi* Mata Norte, Garanhuns e Petrolina). Buscamos identificar, na seção de organização curricular dos documentos e nas ementas das disciplinas, as temáticas abordadas pelos componentes

curriculares voltados ao desenvolvimento de atividades extensionistas, mapeando suas cargas horárias e estratégias de creditação.

É importante ressaltar que, durante o período recortado, especificamente em 2017, a UPE regulamentou sua Política de Curricularização da Extensão nos cursos de graduação, por meio da Resolução nº 068/2017 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) (UPE, 2017), recentemente alterada pela Resolução CEPE nº 049/2021 (UPE, 2021). Isso significa que os 3 cursos citados acima foram pioneiros na instituição, no que se refere à implementação da extensão nos currículos da graduação. Conforme se pode perceber na análise a seguir, os cursos adotaram estratégias diferentes de creditação. Esse momento de experimentação foi fundamental para o amadurecimento da política de curricularização da extensão da universidade e contribuiu sobremaneira para a publicação do Guia de Creditação das atividades de Extensão (UPE, 2019) para os currículos de graduação da UPE, no ano de 2020. Esse documento estabeleceu duas modalidades específicas para a creditação extensionista: a Disciplina Curricular de Extensão (DCEExt) e a Atividade Curricular de Extensão (ACE). Atualmente, este guia norteia o planejamento das ações curriculares de extensão nos cursos de graduação.

Na segunda etapa da análise documental, realizamos um levantamento dos PPC que foram alterados entre os anos de 2020 e 2021 — portanto, após a publicação das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (BRASIL, 2018) e do Guia de Creditação das atividades de Extensão nos currículos de graduação da UPE (2020). Como os PPC alterados já contavam com uma diretriz clara da universidade sobre as estratégias de creditação, nosso objetivo durante a pesquisa foi identificar quais modalidades de componentes curriculares foram privilegiadas na creditação da extensão (DCEExt ou ACE), a distribuição da carga horária entre ambas e as características das atividades extensionistas planejadas pelos cursos em suas ementas. Ressaltamos que as matrizes curriculares dos PPC ainda não foram vivenciadas pelos cursos, pois estão aguardando a aprovação do Conselho Estadual de Educação.

O segundo levantamento foi realizado em 11 cursos presenciais de graduação, dos 56 ofertados pela universidade: Bacharelado em Engenharia Civil, Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação, Bacharelado em Engenharia Mecânica, Bacharelado em Engenharia de Telecomunicações, Bacharelado em Engenharia Elétrica Eletrônica, Bacharelado em Engenharia Eletrotécnica, Bacharelado em Engenharia de Computação, Bacharelado em Sistemas da Informação, Bacharelado em Ciências Biológicas, Licenciatura em Educação Física e Tecnólogo em Logística.

Benetti, Souza e Souza (2015) recomendam que a reformulação dos PPC para a inserção do eixo de formação extensionista seja feita com muita clareza. É necessário que o documento explicita como serão vivenciados e em que momento serão ofertados os componentes de extensão. Esse é um passo importante para a creditação, uma vez que o documento em questão consolida os objetivos e as estratégias traçados pelo curso e informa a toda a comunidade acadêmica sobre sua política de curricularização da extensão.

A política de curricularização da extensão da UPE e as experiências de creditação curricular nos cursos de graduação

Considerando a extensão como “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 15), a UPE aprovou a Resolução CEPE nº 068/2017, que visa à regulamentação da política de curricularização da extensão nos cursos de graduação. A aprovação se deu a partir da Pró-reitoria de Extensão em articulação com a LDB e com os dois últimos Planos Nacionais de Educação (2001-2010 e 2014-2024), os quais asseguram que, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação seja destinado a programas e a projetos de extensão universitária.

Tal medida se configura como “uma nova e decisiva intervenção no interior das universidades, para cumprir com a proposta que efetivamente vai modificar a formação universitária” (DEUS, 2020, p. 55). Entretanto, a resolução de 2017 ainda não trazia conceitos-chave ao processo de creditação da extensão universitária por ser anterior à Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. De toda forma, com a Resolução CEPE nº 068/2017, a UPE dá seu primeiro passo à efetivação das ações de curricularização da extensão e determina que:

Art. 2º - As atividades de extensão, em suas variadas formas, devem fazer parte integrante dos currículos de todos os cursos de graduação, num percentual mínimo de 10% da carga horária total do curso.

§ 1º Os cursos de graduação deverão proceder à adequação dos seus projetos pedagógicos, com a introdução de atividades de extensão nos seus currículos, até o ano de 2024, a partir da publicação da presente Resolução.

§ 2º As atividades de extensão devem atender à especificidade de cada curso e abranger a diversidade das atividades, mantendo seu caráter inerente de integração com a comunidade interna ou externa a UPE.

§ 3º A presente Resolução reconhece e valida as atividades de extensão, possibilitando o registro no histórico escolar do estudante. (UPE, 2017, p. 1-2)

Desse modo, reconhece-se que a extensão deve ser inserida de maneira qualificada nos projetos pedagógicos dos cursos da UPE. Naquele momento, alguns cursos de graduação que estavam passando pelo processo de renovação de reconhecimento buscaram incorporar a seus currículos o percentual de atividades extensionistas recomendado pelo PNE. Foram poucos os cursos que, nesse primeiro momento, ousaram realizar a adequação, levando em conta que a extensão universitária pressupõe “o aprofundamento das práticas, as metodologias de trocas, as formas de comunicação, a sistematização de experiências, o planejamento conjunto, as devolutivas e a avaliação das atividades” (DEUS, 2020, p. 86). Esses aspectos promovem tensões nos campos de ensino e de pesquisa da graduação, trazendo questionamentos sobre a representação da sociedade dentro da universidade e sobre a articulação dos universitários com a sociedade.

Os cursos mencionados já atentavam para o fato de que essa reformulação representava “a mais profunda reforma do ensino de graduação, o que provoca setores que não estão preparados

nem querem efetuar mudanças” (DEUS, 2020, p. 88). Nesse sentido, os cursos de Licenciatura em Pedagogia, de Licenciatura em Computação e de Bacharelado em Medicina tornaram-se pioneiros no processo de implementação da política de curricularização da extensão na UPE.

Em Licenciatura em Pedagogia, a extensão foi implementada no currículo por meio de componentes nomeados Requisitos Curriculares Suplementares de Extensão (RCS-EXT). As temáticas abordadas no referido curso foram assim organizadas entre o segundo e o sétimo períodos: RCS-EXT I - Educação e Multiculturalismo; RCS-EXT II - Educação em Direitos Humanos; RCS-EXT III - Educação e Diferença; RCS-EXT IV - Projeto Político Pedagógico; RCS-EXT V - Educação e Sustentabilidade; RCS-EXT VI - Políticas atuais em Educação; RCS-EXT VII - Políticas, Planejamento e Gestão da Educação (UPE, 2017).

Os componentes curriculares propostos como RCS-EXT foram organizados com 30h de atividades teóricas e 30h de atividades práticas, exceto a RCS-EXT VII - Políticas, Planejamento e Gestão da Educação, que apresenta apenas 15h de atividades práticas. Esses componentes abordam temáticas que assumem um forte compromisso social com as questões contemporâneas, tais como educação e multiculturalismo, educação em direitos humanos, educação e diferença e educação e sustentabilidade. Assim, o curso de Pedagogia parece reconhecer que compete à extensão universitária assumir uma postura política em consonância com os princípios democráticos.

No curso de Licenciatura em Computação, os componentes que se destinam à curricularização da extensão foram nomeados ACE e tiveram como objetivo propiciar aos licenciandos em Computação a “aplicação do conhecimento adquirido na Universidade de forma a gerar soluções computacionais para os mais relevantes problemas sociais” (UPE, 2018, p. 24). De acordo com a proposta do curso, esse componente deve perpassar toda a formação do discente, estando presente em todos os semestres letivos. Destacamos, ainda, que cada ACE “[...] abordará um problema social vigente” (UPE, 2018, p. 24), e a resolução para essas problemáticas serão construídas pelo professor em conjunto com os estudantes.

Dessa maneira, o PPC assinala que os estudantes deverão desenvolver uma ação extensionista que contemple a temática a cada semestre, respectivamente: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das escolas de Garanhuns (município em que o curso está situado) e região, doenças sexualmente transmissíveis, drogas, sustentabilidade, violência doméstica e familiar, ansiedade e depressão, qualidade de vida e desenvolvimento de carreira. O PPC reconhece os benefícios desta ação para todos os envolvidos:

Do ponto de vista dos estudantes, eles conversarão com especialistas e demais envolvidos nesses problemas sociais e utilizarão a criatividade para integrar os conhecimentos adquiridos na Universidade e tentar resolver esses problemas. Do ponto de vista da sociedade, será gerada uma solução gratuita para que os envolvidos utilizem e diminuam suas dores e problemas enfrentados corriqueiramente. (UPE, 2018, p. 24).

Enquanto o curso de Licenciatura em Pedagogia focou temáticas pautadas por perspectivas teóricas, o de Licenciatura em Computação abordou temáticas sociais, dentre as quais há questões relevantes para o diálogo com a juventude. Assim, pressupomos que as questões eleitas emergiram da observação dos anseios e das necessidades dos estudantes dessas graduações.

A partir da proposição do curso de Licenciatura em Computação da UPE, é importante destacar, também, que realizar a alteração dos currículos implementando a curricularização da extensão, em atendimento aos prazos legais, não é suficiente. É substancial reconhecer as ações de extensão como estratégias de inovação pedagógica que oportunizam, durante o percurso formativo dos estudantes, respostas à sociedade, bem como aos próprios discentes que, implicados na ação, lidam com seus dilemas pessoais.

Contudo, a curricularização da extensão não deve ser pensada como atividade assistencial ou mera prestação de serviços que os estudantes são obrigados a executar, pois, ainda que componham a matriz curricular, elas devem ser experiências que enriqueçam a formação estudantil, para que não corramos o risco de “ignorar todo o percurso teórico-metodológico e político construído pela Extensão Universitária ao longo de sua formalização latino-americana” (DEUS, 2020, p. 91).

No campo da saúde, o curso de Bacharelado em Medicina, do *campus* Garanhuns, optou por ofertar as atividades de curricularização da extensão através de seminários temáticos que têm como objetivo a socialização das experiências de intervenções realizadas junto a populações de idosos, crianças e adolescentes, quilombolas, gestantes, hipertensos, diabéticos, obesos e indivíduos com transtornos mentais. A cada semestre, são traçados diferentes objetivos de formação humana e cidadã dos discentes, conforme destacado no PPC:

Este Projeto contempla também a oferta semestral de seminários temáticos, onde os alunos desempenharão atividades em comunidades-alvo com vistas a consolidação das dimensões ética e humanística, desenvolvendo, no aluno, atitudes e valores orientados para a cidadania ativa, multicultural e para os direitos humanos. A carga horária total semestral será computada pelo professor responsável pelos seminários de acordo com a participação do aluno nas atividades que incluirão: rodas de conversa, visitas as comunidades-alvo; apresentação de seminários; e outras atividades que serão propostas, com carga horária semanal máxima de 4 horas. Os seminários temáticos ocorrerão do primeiro ao oitavo períodos. (UPE, 2016, p. 42-43)

Almeida e Barboza (2019) relatam uma experiência vivenciada por estudantes do curso em prol de uma formação médica humanizada. Durou um semestre letivo e foi realizada com idosas abrigadas em uma instituição de longa permanência. Sobre essa ação, as autoras concluem:

[...] o envolvimento em todas as etapas do processo e o comprometimento com o bem-estar da população selecionada indicam que a curricularização cumpriu seu papel de proporcionar aos estudantes o desenvolvimento de consciência cidadã em paralelo à formação técnica. A população-alvo se beneficiou com a presença, disponibilidade, afeto e cuidado possível para estudantes do primeiro período. O compromisso institucional será oferecer continuamente ações [...] para que os estudantes desenvolvam os valores humanos estabelecidos como fundamentais ao exercício profissional médico. (ALMEIDA; BARBOZA, 2019, p. 678)

Nessa experiência, os estudantes realizaram intervenções por meio das quais buscaram desenvolver a escuta qualificada das idosas, coletando suas histórias de vida e realizando intervenções lúdicas. Ao passo que aprimoravam suas estratégias de comunicação e a compreensão sobre as necessidades desse grupo geracional, registravam, em portfólios, suas vivências com o grupo e as emoções experimentadas durante os encontros para posterior reflexão crítica. Essa

prática era mediada pelo professor orientador com o suporte de acervo bibliográfico e de recursos audiovisuais.

Como se pode notar, antes da publicação da Resolução CNE/CES nº 7/2018, apenas esses três cursos da UPE haviam decidido implementar a curricularização da extensão, atentos às contribuições significativas que têm as temáticas sociais para formação dos discentes, conferindo ao currículo dinamicidade e impulsionando a democratização do conhecimento. Outros cursos estavam passando pelo processo de renovação de reconhecimento no ano de 2017, mas preferiram postergar a implementação. Tal posicionamento pode ser compreendido, considerando-se que

[...] há uma distância marcada pelas dificuldades operacionais, pelos preconceitos e pelos temores que envolvem a manutenção do status quo. Senão, vejamos: quais dificuldades se impõem para que a relação entre a universidade e a sociedade se torne mais horizontal? Como pode a sociedade, em seus diferentes graus de representação, influir nos conteúdos ou projetos gestados no interior da universidade? Qual é a contribuição da universidade para a constituição da cidadania? Talvez precisemos pensar um pouco sobre a forma como se dá e qual a qualidade da interação universidade-sociedade. (DEUS, 2020, p. 82).

Observamos que, no momento inicial da implementação da curricularização da extensão na UPE, os cursos de graduação experimentaram diversas possibilidades, buscando caminhos para a oferta do percentual de 10% da carga horária a atividades extensionistas em suas matrizes curriculares, como preconizava o último Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014). Posteriormente, a publicação da Resolução nº 7/2018 trouxe maiores subsídios operacionais e pedagógicos para que os cursos de graduação pudessem reestruturar seus currículos com vistas à inclusão de um eixo formativo extensionista.

Tendo em vista os pressupostos desta resolução, os marcos estabelecidos em sua política de curricularização de extensão e as primeiras experiências trilhadas por seus cursos de graduação, a UPE adotou algumas ações que favoreceram o processo de reformulação de seus cursos: i) encontros para formação de coordenadores de curso em relação aos princípios, às bases legais e às estratégias de implementação e registro de ações extensionistas nos currículos de graduação; ii) elaboração do Guia de Creditação das atividades de Extensão; e iii) orientação pedagógica às coordenações dos cursos de graduação sobre a creditação da extensão no momentos de atualização dos PPC.

Com o objetivo de ampliar o debate acerca da curricularização da extensão, foram realizados encontros formativos com o corpo docente da universidade a partir do ano de 2016. Na primeira etapa dos encontros, discutiu-se sobre a implementação nos currículos de ações de extensão correspondentes a 10% da carga horária total dos cursos de graduação. A segunda etapa, realizada em 2019, focou as estratégias de creditação. Os encontros ocorreram em todos os nove *campi* da universidade, no bojo de uma ação conhecida como Reitoria Itinerante. Na oportunidade, foi discutido o guia de creditação e as estratégias pensadas pelos cursos para cumprimento da legislação em vigor.

O Guia de Creditação das atividades de Extensão (UPE, 2019) foi publicado em 2019 e atualizado em 2020. Este documento apresenta à comunidade acadêmica as seguintes questões: a concepção de extensão universitária; os fundamentos que norteiam a política de curricularização

da extensão da UPE; os princípios que orientam as avaliações internas e externas no que se refere à inclusão da extensão nos currículos dos cursos de graduação; as áreas temáticas que devem ser priorizadas; e as modalidades de componentes curriculares que podem ser adotadas na oferta de ações extensionistas integradas ao currículo. Além disso, o guia oferece orientações para o planejamento pedagógico e para a normatização do eixo de formação extensionista.

Embora o processo de integração da extensão ao currículo seja singular a cada curso, após a definição, pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, de critérios e de diretrizes mais explícitos sobre os requisitos e as formas de organização dessa curricularização, a universidade passou a recomendar que as ações extensionistas estejam inscritas em duas modalidades de componentes curriculares: ACE e DCEExt.

O planejamento da oferta de componentes extensionistas deve considerar alguns critérios necessários ao funcionamento da extensão: i) a designação do professor orientador para acompanhar os estudantes; ii) a clareza sobre os objetivos e competências que devem ser alcançados; iii) a definição da comunidade externa para a qual a ação será realizada; iv) a adoção de metodologias didáticas e estratégias de avaliação participativas, favorecendo o protagonismo estudantil; e v) a ampliação da concepção de espaço formativo, que, a partir desse momento, extrapola o ambiente universitário e integra o espaço social.

A ACE designa as atividades extensionistas, nas quais os estudantes são protagonistas, vivenciadas em programas e projetos de extensão da própria UPE ou de outras IES. Elas podem ser realizadas em qualquer momento do curso. A carga horária dessas atividades é creditada no histórico acadêmico do estudante à medida que ele comprova sua participação ativa no desenvolvimento da ação. Nesse sentido, não basta, por exemplo, que o estudante participe como cursista de oficinas ou de cursos realizados por programas extensionistas. Para que a atividade seja creditada, é necessário que o estudante esteja envolvido em todo o processo de planejamento e de execução da ação (UPE, 2020).

A DCEExt, por sua vez, é um componente extensionista, geralmente obrigatório, que envolve atividades teóricas e práticas e que é ofertado com carga horária mínima de 30h e máxima de 90h em determinados semestres letivos. Portanto, há uma temporalidade definida para a realização desta modalidade. Outro critério importante é o envolvimento de todos os discentes na concepção, no planejamento e na realização das ações voltadas às comunidades externas. Todo o processo deve ser acompanhado pelo professor orientador responsável pela DCEExt. De acordo com o Guia de Creditação da UPE (2019), a cada semestre letivo, os cursos podem ofertar até duas DCEExt.

No momento em que a UPE delineou os critérios e as modalidades dos componentes curriculares por meio dos quais poder-se-ia creditar as ações extensionistas, a Pró-reitoria de Graduação iniciou o processo de acompanhamento da atualização dos PPC, que passam pelo processo de renovação do reconhecimento. Para tanto, são realizadas reuniões com as coordenações dos cursos para apresentar resoluções que normatizem a curricularização e sua creditação.

Na sequência, recomenda-se que os plenos dos cursos realizem reuniões internas para identificar o potencial de ofertas de programas e projetos de extensão que viabilizarão a realização

das ACE. Também é recomendável que analisem se os componentes curriculares que já integram seus currículos possuem natureza extensionista, se podem se converter em DCEExt e/ou se devem ser criadas outras disciplinas no formato de DCEExt para dar conta de necessidades formativas que não sejam atendidas pelo currículo em execução.

É interessante notar que, em um primeiro momento, os cursos demonstram certo receio na conversão de parte de sua carga horária para o eixo de formação extensionista. Contudo, conforme repensam seus currículos com essa intencionalidade, conseguem promover maior articulação entre teoria e prática, aproximar os discentes de seus futuros campos de atuação profissional e ampliar a interdisciplinaridade e o uso de diferentes linguagens na produção do conhecimento.

O Quadro 1 apresenta o levantamento realizado nos Projetos Pedagógicos dos 11 cursos que, entre 2020 e 2021, implementaram o eixo extensionista em seu currículo, após a publicação do Guia de Creditação da UPE (2020). Como podemos observar, apenas 3 cursos optaram pela creditação das ações de extensão nas duas modalidades possíveis (ACE e DCEExt): Bacharelado em Sistemas da Informação, Bacharelado em Ciências Biológicas e Tecnólogo em Logística. Nessa perspectiva, percebemos uma oferta ainda tímida de ACE, inclusive tendo carga horária geralmente menor do que aquela direcionada às DCEExt. Esse diagnóstico nos fez concluir que a baixa adesão ao componente ACE pode estar relacionada à dificuldade de ampliar os programas e projetos de extensão no curso, a fim de possibilitar a participação de todos os estudantes.

Benetti, Souza, Souza (2015) constataram que, dentre os aspectos mais desafiadores à curricularização da extensão nas universidades brasileiras, está a ocorrência de ações extensionistas em volume insuficiente para que todos os estudantes possam cumprir a carga horária prevista durante a formação. Este diagnóstico sinaliza a necessidade de aumentar o quantitativo dessas atividades, como também de ampliar as parcerias estabelecidas com instituições e comunidades externas, permitindo, assim, maior envolvimento de todos discentes nas ações. Acreditamos que os esforços que têm sido feitos pela Pró-reitoria de Extensão da UPE em direção a intensificar o fomento e a ampliar o apoio aos programas e projetos de extensão, certamente, estimularão a adesão às ACEs.

Quadro 1 - Carga horária dos componentes curriculares do eixo de formação extensionista

CURSOS REFORMULADOS EM 2020-2021							
Distribuição da carga horária entre os componentes curriculares do eixo de formação extensionista nos Projetos Pedagógicos de Curso							
CURSO	CH DO CURSO	CH DE EXTENSÃO	%	DCEExt	%	ACE	%
Bacharelado em Engenharia Civil	4.035	420	10,4%	420	100%	0	0%
Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação	3.600	510	14,2%	510	100%	0	0%
Bacharelado em Engenharia Mecânica	3.600	360	10%	360	100%	0	0%

Bacharelado em Engenharia de Telecomunicações	3.750	390	10,4%	390	100%	0	0%
Bacharelado em Engenharia Elétrica Eletrônica	3.720	390	10,5%	390	100%	0	0%
Bacharelado em Engenharia Eletrotécnica	3.900	390	10%	390	100%	0	0%
Bacharelado em Engenharia de Computação	3.600	360	10%	360	100%	0	0%
Bacharelado em Sistemas da Informação	3.240	330	10,1%	300	90,9%	30	9,1%
Bacharelado em Ciências Biológicas	3.490	350	10%	270	77,1%	80	22,9%
Licenciatura em Educação Física	3.380	360	10,6%	360	100%	0	0%
Tecnólogo em Logística	1.905	195	10,2%	120	61,5%	75	38,5%

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Por outro lado, consideramos que a oferta curricular massiva de DCExts pode estar relacionada à possibilidade de agregar um maior quantitativo de estudantes do curso às ações extensionistas nos semestres em que são ofertadas. Trata-se de uma disciplina geralmente obrigatória, com horários definidos, que compreende, pelo menos, um professor responsável pela orientação das atividades. Sua dinâmica de funcionamento mescla encontros teóricos — que são coordenados pelo professor, num momento em que os estudantes se apropriarão dos fundamentos da temática e executarão o planejamento — e atividades práticas — que são realizadas enfocando o público-alvo da ação. Há uma grande integração desses componentes com as atividades de ensino e pesquisa em andamento no curso. Desse modo, mesmo que o foco principal seja a realização da ação extensionista, as intervenções propostas pelas DCExt se ancoram, em muitos casos, nas investigações desenvolvidas pelos docentes que orientam as atividades, possibilitando uma articulação direta entre os eixos ensino, pesquisa e extensão, conforme orientam as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Nesse sentido,

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (BRASIL, 2018, Art.3)

Ainda, constatamos, nos PPC dos cursos de Bacharelado em Engenharia, que a maioria das DCExt estão voltadas à prestação de serviços em instituições públicas e em empresas privadas, especialmente na área da indústria, com o objetivo de oferecer soluções tecnológicas aos desafios

que emergem do campo. Contam com o suporte dos laboratórios de pesquisa que funcionam na Escola Politécnica, *campus* no qual os cursos estão lotados.

Outro aspecto que nos chamou a atenção durante a análise dos PPC foi o esforço realizado pelos cursos para contemplar diferentes públicos e utilizar diversas estratégias metodológicas no planejamento das DCExt. O curso de Bacharelado em Ciências Biológicas, por exemplo, diversificou seu espectro de atuação, promovendo, pelas DCExts, desde a produção de material instrucional na área de Biologia Celular até o trabalho de Educação Ambiental em comunidades populares e em escolas da educação básica. No leque de ações extensionistas (DCExts) planejadas pelo Bacharelado em Sistemas da Informação, estão a produção de *sites*, vídeos e *podcasts* sobre escrita científica; a assessoria a microempreendedores quanto a planejamento estratégico; e a prestação de serviços a empresas públicas e privadas no que se refere à análise e à construção de ambientes digitais.

O curso de Tecnólogo em Gestão Logística planejou a oferta de assessoria técnica na área de Logística às empresas públicas e privadas e a realização de oficinas, em cursos de educação profissional, sobre Gestão Socioambiental, Gestão Financeira e Gestão Logística. Já o curso de Licenciatura em Educação Física propôs a realização de oficinas e de outras intervenções em escolas da educação básica e em projetos sociais, o que envolveu jogos, dança, ginástica, esporte, luta e atividades físicas e esportivas de aventura. A partir dessas vivências, os discentes dos cursos têm a oportunidade de compartilhar conhecimentos e experiências, de implementar soluções para os desafios encontrados no campo, além de aprimorar competências necessárias à atuação profissional.

No que se refere às temáticas contempladas pelas DCExts, observamos que, em alguns casos, foram mantidos temas que já estavam presentes em disciplinas dos currículos analisados e que possuíam natureza extensionista. Contudo, percebemos também uma tentativa dos cursos de reconfigurar as metodologias dessas disciplinas, objetivando potencializar as ações extensionistas junto ao público-alvo definido. Também houve a inserção de algumas temáticas que não estavam presentes nos currículos anteriormente, demandando a criação de disciplinas novas para privilegiar discussões transdisciplinares, conforme destacado nos cursos de Licenciatura em Pedagogia e de Licenciatura em Computação.

Diante disso, Corte, Gomez e Rosso (2018) alertam que a creditação não pode ser reduzida à disciplinarização da extensão. Não se trata de enquadrar a extensão dentro de uma disciplina sem considerar a natureza do campo em que a ação extensionista será desenvolvida. Por isso, quando uma disciplina já existente no currículo é reconfigurada para se transformar em um componente extensionista, é preciso ter o cuidado de não transformar a ação de extensão em um apêndice do eixo de ensino. Para que isso não ocorra, é preciso tomar a extensão como foco.

Assim, a análise realizada nos PPC dos cursos de graduação da UPE — que já incluíram o eixo extensionista e optaram pelas DCExt — aponta um esforço para transpor os limites entre ensino e extensão. Essa tentativa os leva a propor experiências formativas que, durante os processos de concepção, de planejamento e de realização, estejam, de fato, comprometidas com intervenções que propiciem a troca de saberes entre a universidade e a sociedade. No entanto,

temos que considerar que as matrizes curriculares de grande parte dos PPC reformulados ainda não entraram em execução e que a vivência de tais componentes é fundamental para que possamos avaliar posteriormente a qualidade das ações extensionistas desenvolvidas.

Considerações finais

A reflexão sobre o percurso que vem sendo trilhado pela UPE em relação à creditação curricular da extensão, realizada a partir da análise dos PPC reformulados, indicou que há um empenho dos cursos para promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. A reformulação dos PPC se deu a partir do Plano Nacional de Educação 2014-2024 e das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. O planejamento de componentes curriculares extensionistas procura dialogar com as pesquisas realizadas e/ou em andamento nos cursos e com as discussões realizadas nas áreas de formação básica, específica e complementar. Verificamos, ainda, o interesse dos cursos em experimentar diversas metodologias e alcançar diferentes públicos por meio de suas ações extensionistas.

No concernente à adesão às modalidades de creditação curricular estabelecidas pela UPE (ACE e DCEExt), identificamos a preferência pela implementação da DCEExt, por se tratar de um componente que abarca, de certa forma, a infraestrutura do eixo de ensino e, geralmente, permite o envolvimento de um quantitativo maior de estudantes nas ações realizadas. Consideramos que o receio de alguns cursos em adotar as ACE como modalidade de creditação indica a necessidade de ampliação dos programas e projetos de extensão em andamento nos cursos, bem como de um maior estímulo ao envolvimento dos estudantes nessas ações.

Finalmente, é importante ter em mente que a curricularização da extensão é uma política educacional relativamente recente e, por isso, ainda gera incertezas sobre os melhores caminhos para sua implementação. Trata-se de um momento de fortalecimento da cultura de extensão universitária no país. Portanto, é compreensível que os cursos introduzam o eixo de formação extensionista em seus currículos por meio de ações que viabilizem o cumprimento da carga horária necessária à integralização. Acreditamos que, à medida que a comunidade acadêmica ampliar sua relação com a prática extensionista, certamente haverá maior procura pelos projetos e programas de extensão enquanto estratégias de creditação.

Referências

ALMEIDA, S. M. V.; BARBOSA, L. M. V. Curricularização da Extensão Universitária no Ensino Médico: o encontro das gerações para a humanização da formação. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 672-680, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v43suplemento1-20190013>. Acesso em: 30 maio 2021.

BENETTI, P. C.; SOUSA, A. I.; SOUZA, M. H. N. Creditação da extensão universitária nos cursos de graduação: relato de experiência. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**,

v. 6, n. 1, p. 25-32, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/1951/pdf>. Acesso em: 30 maio 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 30 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 maio de 2021.

CORTE, M. G. D.; GOMEZ, S. R. M. G.; ROSSO, G. P. Creditação da extensão universitária no currículo dos cursos de graduação: estado do conhecimento. **Políticas Educativas**, Santa Maria, v. 11, n. 2, p. 17-36, 2018.

DEUS, S. **Extensão universitária: trajetórias e desafios**. Santa Maria: PRE-UFSM, 2020.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2012. (Coleção Extensão Universitária, v. 7).

IMPERATORE, S. L. B.; PEDDE, V. “Curricularização” da extensão universitária no Brasil: questões estruturais e conjunturais de uma política pública. *In*: Congresso Latinoamericano de Extensión Universitaria, 13, 2015, Havana. **Anais...** Havana: ULEU, 2015. p. 1-10. Disponível em: https://curricularizacaodaextensao.ifsc.edu.br/files/2016/06/1_Artigo_Curricularizaca_da_Extensao_Universitaria_no_Brasil.pdf. Acesso em: 30 maio 2021.

RÊGO, J. I. O papel da universidade pública. *In*: Seminário Nacional REUNI, 8, 2010, Brasília. **Anais...** Brasília: ANDIFES, 2010. p. 40-59. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/publicacao-8-Seminario-Nacional-do-Reuni-Publica%C3%A7ao-Andifes.pdf>. Acesso em: 30 maio 2021.

RIBEIRO, M. R. F.; MENDES, F. F. F.; SILVA, E. A. Curricularização da extensão em prol de uma universidade socialmente referenciada. **Revista Conexão UEPG**, v. 14, n. 3, p. 334-342, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5212/rev.conexao.v.14.i3.0004>.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução CEPE nº 068/2017**. Regulamenta a Política de Curricularização da Extensão nos cursos de Graduação da Universidade de Pernambuco - UPE. Recife: CEPE, 2017. Disponível em: http://www.upe.br/phocadownload/userupload/estudos/Resolucao_CEPE_068_2017_curricularizacao_extensao.PDF. Acesso em: 30 maio 2021.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO (UPE). Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão CEPE. **Resolução CEPE nº 049/2021**. Altera a Política de Curricularização da Extensão nos cursos de Graduação da Universidade de Pernambuco – UPE, revogando a Resolução CEPE nº 068/2017. Recife, PE: UPE, 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1pp1NGZa0MbDxgK0LeIUMbGKc4bkXRxRP/view>. Acesso em: 9 jul. 2021.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. **Guia da Creditação das atividades de Extensão**: Planejamento de atividades de extensão e caminhos para a creditação. Recife: UPE, 2020.

Disponível em: http://www.upe.br/phocadownload/userupload/curricularizacao_creditaoc_da_extensao/Guia%20de%20creditaoc%20da%20extenso.pdf. Acesso em: 30 maio 2021.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. **Projeto Pedagógico de Curso** - Bacharelado em Ciências Biológicas. Recife: UPE, 2021.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. **Projeto Pedagógico de Curso** - Bacharelado em Engenharia Civil. Recife: UPE, 2020.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. **Projeto Pedagógico de Curso** - Bacharelado em Engenharia de Computação. Recife: UPE, 2020.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. **Projeto Pedagógico de Curso** - Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação. Recife: UPE, 2020.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. **Projeto Pedagógico de Curso** - Bacharelado em Engenharia de Telecomunicações. Recife: UPE, 2020.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. **Projeto Pedagógico de Curso** - Bacharelado em Engenharia Elétrica Eletrônica. Recife: UPE, 2020.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. **Projeto Pedagógico de Curso** - Bacharelado em Engenharia Eletrotécnica. Recife: UPE, 2020.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. **Projeto Pedagógico de Curso** - Bacharelado em Sistemas de Informação. Caruaru: UPE, 2021.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. **Projeto Pedagógico de Curso** - Bacharelado em Engenharia Mecânica. Recife: UPE, 2020.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. **Projeto Pedagógico de Curso** - Bacharelado em Medicina. Garanhuns: UPE, 2016.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. **Projeto Pedagógico de Curso** - Licenciatura em Computação. Garanhuns: UPE, 2018.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. **Projeto Pedagógico de Curso** - Licenciatura em Educação Física. Recife: UPE, 2021.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. **Projeto Pedagógico de Curso** - Licenciatura em Pedagogia. Garanhuns: UPE, 2017.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. **Projeto Pedagógico de Curso** - Tecnologia em Logística. Nazaré da Mata: UPE, 2021.